

ENTRE O ESTADUAL E O MUNICIPAL:

o Departamento de Educação Física e a gestão dos parques infantis no interior de São Paulo (1939-1967)

Between the state and the municipality: The Department of Physical Education and the management of playgrounds in the São Paulo countryside (1939-1967)

RESUMO

O artigo analisa a atuação do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo (DEF-SP) na implementação e gestão dos parques infantis em cidades do interior paulista entre 1939 e 1967. A documentação administrativa, legislativa e jornalística empregada permite compreender a articulação entre as esferas estadual e municipal na implantação das instituições. Os resultados ressaltam o papel pioneiro da professora Maria Aparecida Junqueira Duarte, primeira Inspetora Geral do Serviço de Parques Infantis do DEF-SP (1939-1946), responsável por instituir diretrizes administrativas e pedagógicas duradouras. Também evidenciam as estratégias conduzidas pelo DEF-SP, como projetos arquitetônicos, envio de circulares às prefeituras, capacitação docente, excursões e intercâmbios pedagógicos. Além disso, apontam seu caráter normativo, expresso em regulamentos, relatórios e inspeções voltados à padronização das práticas educativas. Conclui-se que, no período analisado, o DEF-SP consolidou-se como agente central na expansão e regulamentação dos parques infantis no interior, contribuindo de forma significativa para a formulação de referências pedagógicas destinadas à educação infantil em São Paulo.

Palavras-chave: parques infantis; educação infantil; Educação Física

André

DALBEN^I 

E-mail: dalben@unifesp.br

^IUniversidade Federal de São Paulo
São Paulo, SP, Brasil

Moysés

KUHLMANN JÚNIOR^{II} 

E-mail: moyseskj180@gmail.com

^{II}Universidade de Brasília
Brasília, DF, Brasil

Rafael

STEIN PIZANI^{III} 

E-mail: pizani@unicamp.br

Edivaldo

GÓIS JÚNIOR^{III} 

E-mail: gois@unicamp.br

^{III}Universidade Estadual de Campinas
Campinas, SP, Brasil

ABSTRACT

The paper analyzes the role of the Department of Physical Education of the State of São Paulo (DEF-SP) in the implementation and management of playgrounds in towns across the state's interior between 1939 and 1967. Drawing on extensive administrative, legislative, and journalistic documentation, the analysis explores the interplay between state and municipal authorities in the creation of the playgrounds. The findings underscore the pioneering role of Maria Aparecida Junqueira Duarte, the first General Inspector of the DEF-SP Playground Service (1939–1946), who established administrative and pedagogical guidelines that remained in force for decades. They further reveal the strategies pursued by the DEF-SP, including architectural planning, the circulation of official directives to municipalities, teacher training, and the organization of excursions and pedagogical exchanges. The study also points to the normative dimension of the agency, expressed through regulations, reports, and inspections designed to standardize educational practices. It concludes that, during the period under review, the DEF-SP consolidated itself as a central actor in the expansion and regulation of playgrounds in the state's interior, contributing significantly to the development of pedagogical frameworks for early childhood education in São Paulo.

Keywords: playgrounds; early childhood education; Physical Education

Nas últimas décadas, os parques infantis de São Paulo têm sido objeto de estudo acadêmico, abrangendo diversas áreas do conhecimento, como Educação, Educação Física, Serviço Social, Saúde, Urbanismo e Arquitetura. A historiografia sobre o tema cresceu significativamente, revelando suas especificidades, complexidades e contradições.

Silva (2008) aponta que as primeiras pesquisas se concentraram em dois aspectos: a atuação de Mário de Andrade durante sua gestão no Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938) e a influência de diversas instituições entre 1930 e 1950. No entanto, Kuhlmann Júnior e Fernandes (2014) alertam para o risco de se superestimar o papel de Mário de Andrade, o que poderia levar a uma interpretação histórica enviesada e simplista dos parques infantis. Em contraposição, Kuhlmann Júnior (2019) argumenta que a criação desses espaços foi um processo histórico complexo, resultado da convergência de diferentes campos do conhecimento, como o higienismo, o urbanismo, a Educação Física e a Pedagogia. Argumenta que a configuração dos parques infantis não pode ser creditada a uma única pessoa, mas deve ser compreendida como resultado de múltiplas concepções sociais, políticas e pedagógicas que se entrelaçaram no contexto paulistano.

Nesse movimento de expansão e revisão histórica, nota-se um crescimento nas investigações que abordam a implantação de parques infantis em cidades do interior do estado de São Paulo.¹ Ao explorar novas fontes, tem-se ampliado o entendimento para além do modelo da capital, ampliando o conhecimento sobre sua configuração nos municípios do interior. Outro aspecto relevante é o papel crucial do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo (DEF-SP) na criação e manutenção de parques infantis em cidades do interior. Os estudos de Ferreira (2016) e Fonseca, Ferreira e Prandi (2015) sobre o caso de Ribeirão Preto demonstram como a atuação do DEF-SP foi decisiva para a expansão desses espaços para além da capital paulista. Dalben (2009) analisou especificamente as ações do DEF-SP, evidenciando que os parques infantis compuseram um projeto para o estabelecimento de uma rede de instituições educacionais ao ar livre em todo o estado. Essa rede não se limitava apenas aos parques infantis do interior paulista, mas incluía colônias de férias localizadas no litoral, nas montanhas e na zona rural, além de uma escola ao ar livre modelo na capital (Dalben; Soares, 2011, 2021; Dalben, 2009, 2019).

Neste contexto, a presente pesquisa analisa as ações promovidas pelo DEF-SP junto às administrações municipais para a implementação e gestão dos parques infantis em cidades do interior do estado de São Paulo. O recorte temporal da investigação abrange o período de 1939 a 1967, delimitado por marcos institucionais que assinalam a fase em que o DEF-SP manteve sob sua responsabilidade oficial a expansão e orientação dos parques infantis no interior paulista.

Esse processo teve início em 1939, com a criação do Serviço de Parques Infantis em seu organograma, cuja direção foi atribuída à professora Maria Aparecida Junqueira Duarte, nomeada inspetora geral. Durante sua gestão, foram elaboradas as primeiras normativas administrativas e pedagógicas, as quais se tornaram referência para a criação e uniformização dessas instituições em diferentes municípios. Em 1946, a função foi assumida por Maria de Lourdes Moraes, responsável por dar continuidade às diretrizes anteriormente estabelecidas, garantindo a consolidação do serviço ao longo da década de 1940.

Nas décadas seguintes, ainda que o organograma do DEF-SP passasse por sucessivas reestruturações, manteve-se sempre uma instância voltada à recreação e incumbida especificamente de políticas relacionadas aos parques infantis do interior do estado (São Paulo, 1954, 1956, 1965). Esse arranjo perdurou até 1967, quando uma ampla reforma administrativa levou à criação da Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo do Estado de São Paulo (São Paulo, 1967). Nessa nova configuração, os parques infantis deixaram de

figurar entre as atribuições do órgão, o que representou o encerramento de quase três décadas de atuação institucional voltada à sua expansão e consolidação no interior paulista.

A pesquisa se baseia em diversas fontes, incluindo documentação estadual do Arquivo Público do Estado de São Paulo, leis e projetos legislativos do Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, além de matérias jornalísticas da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Também foram analisados documentos administrativos do DEF-SP, preservados pelo Projeto Memória da Secretaria Municipal de Educação de Campinas (Pizani, 2012; Laureano, 2017). Além disso, foi consultada documentação municipal disponível na página História da Educação e da Infância, com destaque para edições do Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio da Secretaria de Educação e Cultura do município de São Paulo (Fernandes; Kuhlmann Júnior, 2012; Kuhlmann Júnior; Fernandes, 2014).

A expansão territorial do DEF-SP

O DEF-SP foi criado em 1931; contudo, sua atuação na expansão dos parques infantis pelo interior paulista ganhou força a partir de 1939. Inicialmente, apesar de seu caráter estadual, o órgão concentrava suas atividades principalmente na capital devido ao quadro reduzido de funcionários. A situação começou a mudar significativamente após a reestruturação de julho de 1937, quando o número de colaboradores saltou de 12 para 45 pessoas – um crescimento impulsionado principalmente pela incorporação de 24 inspetores regionais de Educação Física (São Paulo, 1937). Esta expansão se materializou através das Inspetorias Regionais de Educação Física, que seriam “localizadas de acordo com a necessidade de serviço, por proposta do Diretor Geral do Departamento de Educação Física e designação do Secretário da Educação e Saúde Pública” (São Paulo, 1938, p. 1). O processo foi fortalecido em 1939, quando o Decreto nº 10.243 determinou que “em todos os municípios será instalada uma comissão do Departamento de Educação Física, sob a presidência do Prefeito Municipal, com as funções de organizar e dirigir, conforme as diretrizes gerais fixadas, os núcleos locais” (São Paulo, 1939, p. 1).

Essa normativa representou um passo importante para a expansão territorial das ações do DEF-SP, estendendo sua influência para os municípios. O documento determinava que as comissões seriam compostas por três membros: o Prefeito Municipal, que presidiria a comissão, e dois outros elementos designados diretamente pelo Diretor Geral do DEF-SP, garantindo, assim, o alinhamento com as diretrizes estaduais. Esta composição evidenciava uma estratégia de centralização administrativa, combinando a autoridade local com a supervisão técnica estadual. O decreto previa, ainda, que a implantação dos núcleos ocorreria “progressivamente em todas as localidades”, reconhecendo as diferentes capacidades municipais e estabelecendo um compromisso com a expansão desta estrutura organizacional, agora assegurada por um aparato legal.

Cabe ressaltar que a implementação das inspetorias e comissões municipais se caracterizou por um desenvolvimento gradativo e territorialmente desigual. Dados de 1942 revelam que, do planejamento inicial de 10 inspetorias regionais, somente quatro haviam sido efetivamente estabelecidas e encontravam-se em pleno funcionamento: Santos, no litoral paulista; Campinas, na região central; São Carlos, no interior oeste; e Guaratinguetá, no Vale do Paraíba (Departamento, 1942). Esta distribuição geográfica evidencia uma estratégia de interiorização que privilegiava centros urbanos de maior expressão demográfica e econômica, criando polos regionais a partir dos quais o DEF-SP poderia, posteriormente, expandir sua atuação para municípios adjacentes de menor porte.

Este período de mudanças administrativas e orçamentárias do DEF-SP foi acompanhado pela nomeação de um novo diretor em 1938, o médico Edmundo de Carvalho, que tinha expressiva experiência na área. Conforme detalhado por Dalben (2019), Carvalho havia se destacado nas décadas de 1920 e 1930 pela criação de diversas instituições infantis ao ar livre em São Paulo, tendo sido inclusive um dos articuladores para a criação do *playground* do Parque D. Pedro II em dezembro de 1930. À frente do DEF-SP, implementou um novo projeto de Educação Física para o estado de São Paulo, que, apoiado na expansão do departamento, estabelecia um sistema de instituições educacionais composto por escolas ao ar livre, colônias de férias e parques infantis (Dalben; Soares, 2011, 2021; Dalben, 2009, 2019).

No que diz respeito especificamente aos parques infantis, o Decreto nº 10.243, de 1939, estabeleceu, dentro da estrutura administrativa do DEF-SP, o cargo de Inspetor Geral do Serviço de Parques Infantis do Estado de São Paulo, responsável por “organizar e orientar os serviços de Parques Infantis em todas as atividades educativas realizadas nesses Parques” (São Paulo, 1939, p. 1). A convite de Edmundo de Carvalho, para o cargo foi nomeada Maria Aparecida Junqueira Duarte, que até então chefiava a Secção de Parques Infantis do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo.

Maria Aparecida Junqueira Duarte e a gestão dos parques infantis do interior paulista

Maria Aparecida Junqueira Duarte, carinhosamente conhecida como Nini, nasceu em 1901 na cidade de Franca. Sua formação inicial foi marcada pela educação de qualidade característica das elites da época. Completou seus estudos na Escola Normal de São Paulo e teve a oportunidade de ampliar seus horizontes culturais durante uma temporada na França com familiares (Mendes, 2020).

Sua trajetória profissional cruzou com a de seu irmão, Paulo Junqueira Duarte, que se destacava como uma figura influente na cena cultural paulistana, sendo um dos principais articuladores para a criação do Departamento de Cultura. Em 1935, suas carreiras se entrelaçaram ainda mais quando ela foi considerada para assumir a direção da Divisão de Educação e Recreação, órgão responsável pela Secção de Parques Infantis. Contudo, a indicação enfrentou a oposição do próprio Paulo Duarte, que temia que a nomeação de sua irmã pudesse fragilizar sua autoridade institucional. Como solução, a chefia foi confiada a Nicanor Miranda, que além de qualificações profissionais, tinha laços com Paulo desde os tempos de faculdade. Maria Aparecida Junqueira Duarte, por sua vez, assumiu a direção da Secção de Parques Infantis, iniciando assim sua própria trajetória na administração pública municipal (Duarte, 1976, 2022).

A transferência de Maria Aparecida Junqueira Duarte da administração municipal para a estadual foi motivada por tensões políticas e conflitos pessoais no Departamento de Cultura. Segundo Paulo Duarte (1978, p. 181), sua irmã enfrentava “toda espécie de dificuldades” impostas por seu chefe imediato, Nicanor Miranda, que, “na sua gana de bajular a situação, lhe movia uma guerra sem tréguas”. O conflito teria se iniciado durante a organização de uma festa de natal nos parques infantis paulistanos, quando Maria Aparecida Junqueira Duarte já declarava estar “prestes, novamente, a pedir transferência” (Duarte, 1978, p. 122), e se intensificou com “implicâncias, más-criações e hostilidades de toda natureza” (Duarte, 2022, p. 148), envolvendo tanto Miranda quanto o médico-chefe dos parques infantis, João de Deus Bueno dos Reis.

O pano de fundo dessa disputa era essencialmente político: Miranda e Reis haviam se alinhado ao Estado Novo, regime que os idealizadores do Departamento de Cultura repudiavam e que havia resultado na destituição de Mário de Andrade da chefia do departamento.

Como consequência desse posicionamento, Miranda “foi praticamente expulso do nosso grupo, pois todos, sem exceção, manifestaram a sua repulsa” (Duarte, 2022, p. 148). Apesar disso, ele permaneceu à frente da Divisão de Educação e Recreio até 1946, sendo sucedido por Reis (Kuhlmann Júnior, 2019).

A transferência de Maria Aparecida Junqueira Duarte para o DEF-SP representou, na visão de seu irmão, uma solução favorável. Sob a chefia de Edmundo de Carvalho, descrito por ele como “um chefe correto”, sua irmã poderia “dilatar o seu trabalho pelo interior tão necessitado dos parques infantis com a sua organização científica quanto a Capital do Estado” (Duarte, 1978, p. 181). De fato, ao assumir o cargo na administração estadual, Maria Aparecida Junqueira Duarte não apenas manteve sua liderança no campo dos parques infantis, mas ampliou seu escopo de atuação, passando a implementar e orientar essas instituições em todo o território paulista.

Como primeira Inspectora Geral do Serviço de Parques Infantis do Estado de São Paulo, Maria Aparecida Junqueira Duarte foi responsável por estabelecer as bases e diretrizes iniciais que orientariam a atuação dessa seção do DEF-SP, definindo estratégias fundamentais para a expansão dos parques no interior. Sua administração se estendeu até meados de 1946, quando retornou à esfera municipal para assumir a chefia da Seção Técnico-Assistencial da Divisão de Educação, Assistência e Recreio da prefeitura de São Paulo. Nesse momento, a continuidade do trabalho no âmbito estadual foi assegurada com a nomeação de Maria de Lourdes Moraes² como nova Inspectora Geral do Serviço de Parques Infantis (Boletim, 1947; Formação, 1947).

A trajetória de Maria Aparecida Junqueira Duarte demonstra que, embora sua atuação direta no DEF-SP tenha se encerrado em meados de 1946, as diretrizes por ela estabelecidas permaneceram como referência para a gestão dos parques infantis nas décadas seguintes. Seu protagonismo se revela, portanto, não apenas pelo pioneirismo na implantação e regulamentação dessas instituições, mas também pela permanência e continuidade de suas concepções pedagógicas e administrativas. Importante ressaltar também que, ao ocupar um cargo de liderança em uma área fortemente associada ao cuidado e à educação da infância, ela não apenas consolidou diretrizes administrativas e pedagógicas, mas também simbolizou a inserção de mulheres em postos de destaque na administração pública paulista, revelando como gênero e poder político se articularam na formação desse serviço.

Planejamento, construção e inauguração de parques infantis no interior paulista

É importante pontuar que o DEF-SP assumiu desde sua criação, em 1931, a responsabilidade de “estabelecer e dirigir campos e jogos de recreios” (São Paulo, 1931, p. 1),³ concentrando-se inicialmente na seleção de locais e equipamentos para parques infantis na capital, além de incentivar municípios do interior a reservarem áreas para futuras instalações (Departamento, 1932).

A aspiração de expandir os parques infantis paulistanos para o interior encontrou posteriormente forte ressonância nas ideias de Miranda, que defendia uma ampla divulgação desses estabelecimentos. Em suas próprias palavras, ele almejava que:

este sistema educativo seja largamente difundido e procurará fazer com que as municipalidades do interior organizem, também, serviço idêntico de forma a não realizar-se uma atividade circunscrita a uma cidade, e portanto unilateral, e sim uma atividade completa e por conseguinte pertinente, se possível, a todos os municípios do país. (Miranda, 1936, p. 98).

Miranda foi além da teorização sobre a expansão dos parques infantis, atuando ativamente em sua promoção por meio de diversos meios de comunicação, como revistas especializadas, matérias jornalísticas, livros e apresentações em congressos durante sua carreira. É certo que seus escritos contribuíram para propagar a proposta de expandir os parques infantis para além da cidade de São Paulo. Contudo, foi apenas em 1939, com a criação do Serviço de Parques Infantis na estrutura organizacional do DEF-SP, que este projeto ganhou um respaldo institucional efetivo para sua concretização.

Sob a liderança de Maria Aparecida Junqueira Duarte, o DEF-SP passou a atuar de maneira sistemática na promoção da expansão dos parques infantis. Duarte publicou um texto estratégico direcionado aos gestores públicos do interior paulista, buscando convencê-los a adotar a proposta de parques infantis. Ela destacou o DEF-SP como um centro de excelência, capaz de fornecer todo o suporte técnico necessário para a implementação dos parques, desde o planejamento até a operação. Duarte também se comprometeu a oferecer assistência contínua a todos os que se interessassem pelos parques, fornecendo informações e orientações sobre o funcionamento dessas instituições (Duarte, 1941).

Além disso, ela apresentou modelos de parques infantis padronizados, detalhando os requisitos necessários, como terrenos, construção, instalações e equipamentos. Contudo, reconhecendo as limitações financeiras de muitos municípios, Duarte também sugeriu uma versão mais simplificada do projeto, no intuito de garantir que a implementação fosse viável tanto para cidades com maior capacidade financeira quanto para aquelas com recursos limitados. Seu objetivo era tornar a criação de parques infantis uma prioridade em todas as prefeituras, independentemente de seu orçamento (Duarte, 1941).

Para reforçar a necessidade de expandir os parques infantis, Duarte mencionou exemplos de estabelecimentos já em funcionamento em cidades como Campinas e Araraquara, além de projetos em andamento em Pirajuí, Santos e Amparo (Duarte, 1941). Em 1942, o relatório anual do DEF-SP indicava que também estavam sendo construídos parques em Piracicaba e Espírito Santo do Pinhal, destacando os resultados positivos das ações do serviço (Departamento, 1942). As divulgações oficiais procuravam, assim, evidenciar os resultados das ações conduzidas pelo Serviço de Parques Infantis do DEF-SP e cultivar um clima de entusiasmo entre as prefeituras.

O DEF-SP adotou uma estratégia eficaz para incentivar a criação de novos parques infantis, enviando recomendações às prefeituras justamente durante a elaboração dos orçamentos municipais, para que reservassem recursos para essas construções. Segundo relatório de atividades do DEF-SP do ano de 1942:

O Departamento de Educação Física tem procurado por todos os meios intensificar o movimento de construções de Parques Infantis no Interior do Estado. Aproximando-se a época da entrega dos orçamentos municipais, este Serviço enviou a todas as Prefeituras uma publicação sobre o serviço e utilidade dos Parques Infantis, Colônias de Férias e Escolas de Aplicação ao Ar Livre, acompanhada de uma circular sugerindo aos Prefeitos a inclusão de uma verba destinada aos Parques Infantis. Muitos Prefeitos se apressaram a responder pedindo sugestões e informações a respeito do assunto. (Departamento, 1942, p. 25).

Os pedidos de sugestões e informações possibilitavam o início de um diálogo maior entre as prefeituras e o DEF-SP, que contava em seu organograma com a Secção de Projetos e Desenhos, encarregado de criar plantas especialmente elaboradas para a construção de estabelecimentos nas cidades interessadas. Segundo seu relatório,

“Nada menos do que cinco projetos de parques infantis para as cidades de Araraquara, Mogi das Cruzes, Araçatuba e Espírito Santo do Pinhal foram confeccionados em 1942, além dos numerosos outros trabalhos afeitos a essa sessão” (Departamento, 1942, p. 67). O número de municípios para os quais o DEF-SP criou plantas de parques infantis foi significativo. Em 1942, já incluía Amparo, Jundiaí, Ribeirão Preto, Catanduva, Jaboticabal, Monte Alto, São José dos Campos, Itatiba, Pirassununga, Serra Negra, Itapira, São Carlos, Barretos, Mogi Mirim, Santo André, além das cidades mencionadas anteriormente (Departamento, 1942).

O movimento de expansão dos parques infantis em cidades do interior paulista ganhou ainda mais força quando chegou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Em 1951, o deputado Athiê Jorge Coury apresentou três projetos de lei complementares que visavam institucionalizar e regulamentar a criação desses estabelecimentos no interior paulista. O primeiro obrigava todas as prefeituras a instalarem recantos e parques infantis, em terrenos próprios ou doados, como complemento ao programa de ensino primário. Os recursos para a iniciativa seriam provenientes dos 20% da arrecadação de impostos municipais destinados à educação, conforme previsto constitucionalmente. As despesas relacionadas à instalação dos parques infantis seriam cobertas pelas verbas orçamentárias destinadas ao DEF-SP, que também ofereceria orientação técnica aos municípios. O segundo projeto estabelecia as condições para que o DEF-SP aceitasse o registro dos parques infantis inaugurados, e o Estado colaboraria na manutenção, caso o município não tivesse capacidade financeira para isso. O terceiro projeto propunha que o Serviço de Parques Infantis, subordinado ao DEF-SP, supervisionasse todos os estabelecimentos existentes no estado (Instalação, 1951a, 1951b).

Ao que tudo indica, os projetos eram impositivos e estabeleciam uma regulamentação ampla e difusa, provocando alteração significativa na alocação dos recursos estaduais e municipais, e foram rejeitados ainda na fase da Comissão de Constituição e Justiça (São Paulo, 1951). Mesmo que rejeitados, foram objeto de discussão pelo Jornal de Notícias, que convidou Atagy Herminio Melo Doin, inspetor regional do DEF-SP, para comentá-los. Em sua fala, Doin defendeu a necessidade de intervenção legislativa para obrigar os prefeitos das cidades do interior a construir e manterem parques infantis (Instalação, 1951a).

Embora não tenha sido aprovada nenhuma legislação mandatória, conforme defendido pelo DEF-SP, a expansão dos parques infantis se consolidou nos anos seguintes. De acordo com dados levantados por Fonseca, Ferreira, Prandi (2015), em 1957, foi atingida a marca de 45 estabelecimentos nas cidades do interior de São Paulo.

Estratégias de controle e orientação pedagógica dos parques infantis do interior paulista

O DEF-SP desenvolveu uma série de estratégias coordenadas para expandir e orientar os parques infantis no interior do estado. Para além do fomento à abertura de novos estabelecimentos, implementou diversas ações. Ao mesmo tempo que a responsabilidade direta pela gestão dos parques era uma atribuição de cada um dos municípios, o DEF-SP exercia um trabalho de supervisão, que buscava o controle sobre a organização e a orientação pedagógica, o que indica a intenção de garantir uma identidade institucional. A análise da documentação mostra que essas ações envolviam crianças e profissionais e estavam distribuídas em torno de três eixos: intercâmbios e excursões; formação profissional; e supervisão pedagógica e administrativa.

Excursões educativas e intercâmbios pedagógicos

Ao longo do tempo, o DEF-SP implementou estratégias para manter o controle e a uniformidade na orientação pedagógica dos parques infantis, uma delas foi a organização de excursões educativas. Essas viagens promoviam a aproximação entre as experiências dos parques infantis do interior e da capital, além de integrar as colônias de férias e escolas ao ar livre mantidas pelo departamento.

Um exemplo significativo dessa prática ocorreu em abril de 1940, quando uma excursão foi organizada com cerca de 300 crianças do Parque Infantil de Campinas. A excursão foi planejada de forma a expandir as oportunidades de aprendizado e intercâmbio cultural. A primeira parada foi no Parque Pedro II, em São Paulo, onde as crianças participaram de uma festa de confraternização com a representação do bailado “Nau Catarineta”, um momento que visava expô-las a manifestações artísticas e culturais que poderiam ser posteriormente replicadas em seus parques de origem (Colônia, 1940).

No mesmo dia, o grupo visitou a Escola de Aplicação ao Ar Livre, localizada no Parque da Água Branca (Colônia, 1940). Esta instituição, mantida pelo DEF-SP, funcionava como um modelo pedagógico de referência, demonstrando na prática as metodologias e abordagens educacionais consideradas exemplares pelo departamento (Dalben, 2019). A visita a este espaço proporcionava às professoras acompanhantes a oportunidade de observar práticas pedagógicas que poderiam ser apropriadas e implementadas em seus próprios contextos educacionais.

A segunda parte da excursão levou as crianças à Colônia Marítima Infantil “Álvaro Guião”, em Santos, onde passaram dois dias. O ponto alto dessa fase foi a participação na celebração do Dia de Tiradentes, que envolvia aspectos cívicos e educacionais. Representantes do Interventor Federal e de prefeitos locais marcaram presença, conferindo importância política ao evento (Colônia, 1940; Excursão, 1940). Durante a celebração, as crianças participaram de uma dramatização sobre Tiradentes, além ouvirem uma palestra, verem uma modelagem em barro de Tiradentes e assistirem a apresentações musicais e de contação de histórias. Essas festividades, além de promoverem a aprendizagem prática, reforçavam ideais nacionalistas e a educação cívica (Colônia, 1940; Culto, 1940).

Não se tratava apenas da promoção de passeios, mas de fomentar a utilização de ferramentas pedagógicas cuidadosamente planejadas. As excursões promoviam a integração entre diferentes estabelecimentos educacionais, permitiam a observação de práticas pedagógicas exemplares e contribuíam para o sentimento de pertencimento a um sistema educacional maior, oferecendo experiências culturais e educativas tanto para as crianças quanto para as educadoras.

A prática de intercâmbios educativos consolidou-se com a I Concentração de Parques Infantis do Interior, realizada em fevereiro de 1950 em Santos. O evento ampliou excursões anteriores, reunindo representantes de Campinas, Espírito Santo do Pinhal, Araraquara, Jundiaí, Piracicaba, Marília e Santos. A Colônia Marítima “Álvaro Guião” novamente serviu de alojamento, mas a programação incluiu atividades mais diversificadas, como jogos, concursos de desenho e escrita, audições lítero-musicais e passeios instrutivos. Também foram promovidos jogos tradicionalmente praticados nos parques infantis, como natação de 25 metros, voleibol gigante, corrida recreativa e grande jogo, alinhando-se aos princípios lúdicos e competitivos das gincanas e das competições esportivas (Primeira, 1950; 1ª Concentração, 1950; Vinagre, 2009; São Paulo, [1950?]).

O evento representou um aprofundamento nas estratégias de uniformização pedagógica do DEF-SP, estabelecendo objetivos ainda mais amplos que as excursões anteriores. Para além do caráter competitivo e recreativo, a concentração tinha objetivos pedagógicos e administrativos bem definidos:

avaliar o aproveitamento dos parqueanos e, ao mesmo tempo, tomar conhecimento direto das diretrizes e esforços dos dirigentes dos parques infantis do Interior. Ao mesmo tempo, reunindo as professoras e educadoras desses estabelecimentos sob a apreciação da sua secção de Parques Infantis, o Departamento pôde tirar conclusões positivas sobre as dificuldades e os entraves com que lutam os estabelecimentos do gênero e ao mesmo tempo aproveitar, estendendo a todos eles, as inovações instruídas, por determinados parques em suas atividades. (Primeira, 1950, p. 12).

As excursões e intercâmbios refletiram o empenho do DEF-SP na uniformização pedagógica dos parques infantis do interior. O evento de 1950, mais estruturado e com maior número de participantes, ampliou o controle e a orientação das práticas educativas, fortalecendo a integração entre os diversos estabelecimentos do estado.

Formação profissional de professoras

O DEF-SP investiu fortemente na capacitação profissional das professoras dos parques infantis do interior de São Paulo como uma estratégia fundamental para garantir a uniformidade das práticas pedagógicas. Um marco importante nesse processo foi o curso de formação realizado em 1947, que se destacou pela abrangência e pelo perfil prático e teórico de sua programação. Sediado nas instalações do DEF-SP, o curso contou com a participação de 12 professoras e incluiu aulas acompanhadas de filmes sobre ensino e ginástica corretiva (Formação, 1947, p. 4).

O currículo do curso foi estruturado para abordar diversos aspectos da prática educativa, com ênfase tanto nos fundamentos teóricos quanto nas aplicações práticas no contexto dos parques infantis. Um diferencial importante foi a inclusão de visitas técnicas aos parques infantis da capital, permitindo que as participantes observassem diferentes realidades e práticas pedagógicas. Isso possibilitou uma análise comparativa das diferentes abordagens pedagógicas adotadas (Formação, 1947).

O impacto desta iniciativa formativa pode ser observado em diferentes níveis. No plano individual, contribuiu para o aprimoramento profissional das professoras e para a ampliação de seu repertório pedagógico. No âmbito institucional, contribuiu para a padronização e qualificação das práticas educativas nos parques infantis. Em uma perspectiva mais ampla, estabeleceu importantes referenciais para a formação das educadoras dos parques infantis do interior.

A preocupação com a formação continuada das professoras foi uma constante ao longo dos anos seguintes. Em 1953, o III Curso Intensivo de Recreação Infantil, realizado na Colônia Infantil “Álvaro Guião”, em São Vicente, foi uma continuação dessa estratégia de capacitação. O curso contou com a participação de 150 professoras de diversas cidades de São Paulo e outros estados, e teve como objetivo atualizar os conhecimentos técnicos e pedagógicos das participantes, orientando-as sobre a aplicação de novos métodos de ensino e administração dos parques infantis. O programa incluiu atividades práticas, como dramatizações, exercícios mímicos e rítmicos, danças, rodas cantadas, e iniciação à natação, além de orientações sobre atividades manuais e educação musical (Educação, 1953; O Elemento, 1953; III Curso, 1953).

É relevante destacar que as matérias jornalísticas sobre os cursos identificavam as turmas como formadas por professoras mulheres (Formação, 1947; O Elemento, 1953). Esse dado evidencia não apenas a composição de gênero dessas turmas, mas também a representação social que associava o trabalho educativo com crianças pequenas ao papel feminino. O magistério infantil, nesse contexto, reforçava atributos considerados próprios da feminilidade, vinculando a atuação pedagógica nos parques infantis a papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres. Consolidava-se, assim, uma identidade docente feminina marcada pela associação entre docência, maternidade e assistência, em consonância com padrões culturais da época (Almeida, 1996; Franco, 2001; Louro, 2004; Santos, 2022).

Do mesmo modo, as pesquisadoras Nicolete e Almeida (2017) afirmam que, na década de 1940, havia o interesse de manter as mulheres em trabalhos domésticos e em algumas ocupações profissionais específicas, em um contexto no qual os avanços nas pautas políticas das mulheres ocorriam lentamente e tinham pouco reconhecimento social no Brasil. As autoras observam que a obtenção do direito ao voto na década de 1930 foi um paliativo que não assegurou uma verdadeira autonomia, pois os espaços conquistados na vida pública ainda eram restritos a alguns campos, como no magistério ligado às infâncias, em particular, nos ensinos primário e pré-primário, já que homens se concentraram mais nos ensinos secundário e superior (Nicolete; Almeida, 2017). Em seus termos, a “sociedade masculina aceitou sem mais protestos, com exceção de uma ou outra voz isolada, a profissão de professora” (Nicolete; Almeida, 2017, p. 217). Assim, a educação das infâncias tornava-se um tema, portanto, central em diversos cursos voltados a essas professoras e, também, a professores especializados em recreação e Educação Física.

O sucesso dos cursos realizados ao longo dos anos levou à institucionalização da formação em recreação. Em março de 1962, foi criado o Curso para a Formação de Educadores Recreacionistas (CFER) no DEF-SP, destinado a professores normalistas e professores de Educação Física. A criação do curso foi justificada pela carência de pessoal especializado para orientar a prática da recreação e pelo êxito dos Cursos Intensivos de Recreação Infantil realizados na década anterior. Além disso, várias legislações municipais já exigiam de candidatos às funções docentes nos parques infantis o certificado de Curso de Recreação Infantil do DEF-SP (São Paulo, 1962).

Na década de 1960, as pesquisas sobre os parques infantis de Cubatão, Marília e Sorocaba indicam uma descentralização dos cursos de formação do DEF-SP (Onuki, 2019; Conceição, 2022; Oliveira, 2010). Segundo calendários formulados pelo DEF-SP, foram realizados Cursos Intensivos de Recreação Infantil em diferentes cidades: em 1961 em São Carlos; em 1964, em São Paulo; e em 1967, em São Caetano do Sul, São José do Rio Preto e Sorocaba (Laureano, 2017). Sobre a atuação do DEF-SP, Laureano (2017, p. 280) conclui:

Quanto à educação física e à recreação, desde a década de 1940 até o final da década de 1960, o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo (DEF-SP) foi muito presente nas indicações, na prescrição e no controle do trabalho desenvolvido nessa instituição, o que se dava a partir das práticas corporais; foi também bastante atuante na formação dos profissionais dessa instituição, promovendo cursos e reuniões entre dirigentes e professores de parques e recantos infantis do interior do estado, abordando como temática, a recreação infantil.

Cursos Técnico e Pedagógico de Educação Física

Na década de 1950, além dos cursos de recreação, o DEF-SP passou a realizar anualmente os Cursos Técnico e Pedagógico de Educação Física, com o objetivo de renovar a área de Educação Física em São Paulo. Organizados por Antônio Boaventura da Silva⁴, diretor técnico do DEF-SP, os cursos atraíram centenas de professores de todo o estado e contaram com a presença de professores estrangeiros convidados (Cunha, 2017). Embora não fossem voltados exclusivamente para professores dos parques infantis, muitos deles participaram, enviados pelas prefeituras. Em 1951 e 1952, por exemplo, a prefeitura de São Paulo enviou 23 e 17 professores, respectivamente (Curso, 1951; II Curso, 1952).

A significativa adesão ao curso, viabilizada também pelo apoio das administrações municipais, refletia o reconhecimento institucional da necessidade de qualificação profissional na área. Conforme indica Cunha (2017), esses encontros não se limitavam à atualização técnica, mas constituíam oportunidades de congregação entre professores do estado e de outras regiões, visando fortalecer a identidade da Educação Física como componente fundamental do processo educativo.

Durante a segunda edição, crianças de um parque infantil da capital realizaram uma demonstração de ginástica, que foi elogiada pelo diretor do DEF-SP (Valls, 1952) e gerou interesse de professores estrangeiros, como Luis Bisquertt (Chile) e Romero Brest (Argentina), que visitaram o Parque Infantil da Barra Funda (II Curso, 1952).

Segundo Cunha (2017), os Cursos de Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico de Educação Física tiveram papel fundamental na divulgação de métodos estrangeiros no Brasil, especialmente a Educação Física Desportiva Generalizada (EFDG), que ganhou projeção com a vinda frequente do professor francês Auguste Listello. Contudo, conforme evidenciado por Micaroni (2007, p. 119), embora a EFDG fosse central nos cursos, “as educadoras dos Parques Infantis não eram obrigadas a seguir nenhum método específico”. Assim, embora os cursos promovessem a circulação de novos conhecimentos e metodologias, sua aplicação nos parques infantis era mediada pelas educadoras, que podiam selecionar e se apropriar dos elementos mais adequados à sua realidade institucional.

Supervisão e normalização administrativa e pedagógica

A autonomia metodológica das professoras, no entanto, não significava ausência de supervisão e orientação, uma vez que, além dos cursos de recreação, o DEF-SP estabeleceu diferentes instrumentos para garantir a normalização administrativa e pedagógica dos parques infantis.

Como analisado anteriormente, o DEF-SP oferecia suporte técnico para a implementação de parques infantis, orientando desde a escolha do terreno até a estrutura das edificações. Suas normativas detalhavam a infraestrutura necessária, incluindo salas para professores, médicos e dentistas, biblioteca, copa, depósitos, banheiros, vestiários e chuveiros. Além disso, especificavam a área de jogos com brinquedos, quadras esportivas e espaços para atividades recreativas, fornecendo também desenhos dos equipamentos, orientações sobre materiais educativos e a composição mínima da equipe profissional (Duarte; Carvalho, s/d a).

No âmbito administrativo, o Regimento Interno dos Parques Infantis, publicado durante a administração de Maria Aparecida Junqueira Duarte, detalhava as regras para a abertura dos parques, incluindo normas sobre frequência, faltas, licenças, férias dos funcionários e as atribuições de cada função (Duarte; Carvalho, s/d b). Durante a administração de Maria de Lourdes Moraes, um novo regulamento foi adotado, conforme registrado no relatório anual do DEF-SP de 1948, que mencionava a implementação de um “regimento interno de funcionamento para todos os locais do Estado, já em aplicação” (São Paulo, 1948, p. 91).

Esses documentos serviam como base para a normalização administrativa, procurando garantir uma gestão uniforme dos parques infantis, mesmo nas regiões mais distantes da capital.

No contexto da normalização administrativa, a implementação de um sistema de inspeção regular pelo DEF-SP reforçava o monitoramento contínuo das instituições. O relatório de atividades de 1948 documenta a realização de 42 viagens de inspeção aos parques infantis do interior, evidenciando não apenas a prioridade atribuída pelo departamento à supervisão direta, mas também revelando uma estrutura organizacional capaz de manter um cronograma regular de inspeções ao longo do ano (São Paulo, 1948).

Segundo Laureano (2017), na década de 1960, a relação entre o DEF-SP e os municípios mantinha-se através de um sistema estruturado de supervisão. O departamento emitia calendários anuais que estabeleciam obrigações específicas para os parques infantis municipais. Os calendários de 1961, 1964 e 1967 determinavam que os estabelecimentos deveriam enviar ao DEF-SP relatórios mensais detalhando suas atividades, acompanhados dos termos de visitas realizadas por técnicos ou delegados regionais de Educação Física, além de cópias das atas das reuniões técnico-pedagógicas realizadas nos parques.

A supervisão pedagógica se manifestava em diversos níveis. Primeiramente, através da seleção e formação de profissionais, como evidenciado no documento sobre “Inscrição dos cursos de Professores, Normal, Técnica Desportiva e de Treinamento”. O processo seletivo incluía provas físicas e intelectuais que procurava garantir quadros profissionais para os parques infantis dos municípios paulistas (Inscrição, s/d).

O DEF-SP expedia também orientações precisas sobre as práticas educativas recomendadas. As aulas de ginástica, a serem ministradas segundo o método francês, oficializado no Brasil em 1931, foram detalhadamente descritas e ilustradas pela Inspetora Geral de Educação Física, Stella F. M. Guérios (1942), em documento enviado aos parques. A Educação Física, no entanto, não se restringia a ginástica. Em documento publicado por Maria de Lourdes Moraes (1947), incluía também jogos (como barra de bola, bola aos cantos, bola americana, bola ao triângulo, basquete, futebol gigante, vôlei gigante, entre outros), pequenas competições (como saltos em altura e distância, corrida, arremessos), dança ou ritmo (como rodas cantadas, danças folclóricas, imitações de animais executadas em diferentes ritmos) e natação (ou brincadeiras no tanque de vadar para as crianças menores). A importância dos jogos foi particularmente destacada em documento que orientava as professoras como conduzi-los (Moraes, 1949b).

A conduta das professoras era uma preocupação, sendo enfatizado a necessidade de elas serem pacientes, bem-humoradas, flexíveis e entusiastas, devendo organizar aulas dinâmicas, com jogos variados e adaptados às idades e habilidades das crianças, promovendo a cooperação, o respeito às regras e o equilíbrio emocional diante das vitórias e derrotas (Moraes, 1947). O documento do DEF-SP designa especificamente a figura da professora mulher, reforçando papéis de gênero ao associar a docência feminina ao cuidado e à moralização da infância. Assim, os parques infantis podem ser compreendidos como espaços de formação infantil e, simultaneamente, de regulação simbólica das relações de gênero (Louro, 2004).

No que diz respeito ao planejamento e execução da Educação Física, o seu controle era exercido mediante relatórios periódicos mensais, detalhando as atividades realizadas, incluindo os jogos aplicados, o interesse das turmas, as aulas ministradas e quaisquer ocorrências que tenham influenciado a frequência ou a execução do programa (Moraes, 1947). Os relatórios, solicitados por Maria de Lourdes Moraes eram uma prática desde a gestão de Maria Aparecida Junqueira Duarte (s/d) e permaneceram por décadas.

As orientações enviadas às prefeituras e parques infantis do interior abrangiam um conjunto amplo de práticas educativas, buscando normatizar e padronizar não apenas atividades ginásticas, recreativas e esportivas, mas também diretrizes para uma educação integral das crianças. Nesse sentido, embora Ferreira (2026, p. 49-50) afirme que o modelo do DEF-SP teria “empobrecido” o projeto original de Mário de Andrade ao reforçar a centralidade da Educação Física, tal crítica parte de uma leitura valorativa que pressupõe uma versão anterior mais rica, desconsiderando os rearranjos institucionais e as condições concretas de implementação no interior do estado, além de carecer de uma análise mais aprofundada das fontes, das práticas institucionais e dos atores sociais envolvidos. A documentação analisada indica que o DEF-SP operava com uma concepção educativa abrangente, articulando distintas dimensões do desenvolvimento infantil. Cabe, portanto, avançar em investigações que considerem as continuidades e rupturas entre os distintos projetos institucionais, evitando leituras dicotômicas e hierarquizadas.

Maria Aparecida Junqueira Duarte, por exemplo, afirmava que o parque infantil deveria visar o “desenvolvimento da cultura física, intelectual, higiênica, cívica, moral e social da criança” (Duarte; Carvalho, s/d a, p. 1). No âmbito da cultura física, propunha atividades como aulas de ginástica simples, rítmica e musicada, além de torneios e jogos variados, como bola, corrida, saltos, lutas e brincadeiras educativas. Recomendava que a cultura intelectual fosse estimulada por meio de palestras, bibliotecas, museus, jornais infantis, teatrinhos, música e canto. A cultura higiênica deveria promover a saúde e incentivar bons hábitos, como higiene pessoal e alimentação adequada. Já a cultura moral visava fortalecer o espírito de solidariedade e a responsabilidade das crianças em casa, na escola, no parque e na comunidade, incentivando boas ações e a vivência religiosa. A cultura cívica estimulava comemorações e dramatizações sobre datas nacionais, figuras ilustres e eventos patrióticos. Por fim, a cultura social previa excursões, festivais, associações e clubes infantis, fomentando a interação e o engajamento comunitário.

Maria Aparecida Junqueira Duarte (s/d), em seu documento “Instruções para observância do horário de funcionamento do Parque Infantil”, estabeleceu uma programação meticulosamente estruturada para estas instituições. O texto vai além de uma mera distribuição temporal, apresentando um planejamento abrangente que contempla a rotina infantil em suas múltiplas dimensões. Previa momentos específicos para revista higiênica, lanche, repouso, jardinagem, passeios, palestras, canto, declamação, dramatização e atividades tranquilas. Essas últimas incluíam leitura na biblioteca, desenho e modelagem, jogos de construção, marcenaria, confecção de jornalzinho, museu e coleções, casa de boneca, trabalhos manuais e conselhos úteis.

Na gestão de Maria de Lourdes Moraes a preocupação com a educação integral permaneceu como diretriz central. Documentos como “Clube de Saúde e educação sanitária escolar” (Pinheiro, 1946), “Museu: seu valor educativo” (Rodrigues, 1948) e “Jornal infantil” (Moraes, 1949a) ofereciam orientações metodológicas para a realização de atividades culturais, científicas e expressivas, revelando a amplitude do projeto pedagógico conduzido pelo DEF-SP. Essas ações retomavam práticas iniciadas nos parques infantis paulistanos da década de 1930 (como a produção de jornais escolares e a criação de museus escolares), reafirmando e atualizando os princípios da educação integral em um novo contexto histórico. A permanência dessas diretrizes pedagógicas reforça a necessidade de analisar os projetos institucionais em sua historicidade, considerando tanto as continuidades quanto as rupturas e transformações em sua implementação.

Esse conjunto de estratégias (regulamentação administrativa, seleção profissional, relatórios periódicos, inspeções regulares, orientações metodológicas detalhadas,

suporte técnico, regulamentos internos) configura um sofisticado sistema de supervisão e normalização, por meio do qual o DEF-SP buscava regulamentar os parques infantis do interior, no intento de garantir a implementação de seu projeto educacional de forma padronizada, mesmo em localidades geograficamente distantes da capital paulista.

Cabe destacar que as análises desenvolvidas privilegiaram os aspectos da gestão pública, buscando compreender como se estruturaram as relações entre estado e municípios na organização e manutenção dos parques infantis, incluindo sua orientação pedagógica. O exame mais detalhado de como as práticas educativas eram concebidas, articuladas e sobretudo efetivamente implementadas no cotidiano dessas instituições ultrapassa os limites desta investigação. Tais análises vêm sendo conduzidas por pesquisas historiográficas no campo da educação que se concentram na dimensão municipal dos parques infantis, e cuja compreensão se enriquece quando relacionadas às diretrizes e orientações formuladas pelo DEF-SP.

No arranjo institucional explicitado por esta pesquisa, o DEF-SP assumia o papel de promotor, orientador e supervisor, enquanto às administrações municipais cabia a responsabilidade pela gestão cotidiana. Embora houvesse diretrizes estabelecidas pela esfera estadual, a realidade cotidiana dos parques infantis em funcionamento nas diversas cidades do estado poderia apresentar divergências, devido a uma série de fatores, como peculiaridades locais, recursos disponíveis, interpretação das orientações por parte das autoridades locais, conflitos teóricos e políticos, entre outros. Ainda assim, é necessário reconhecer que o DEF-SP desempenhou um papel central na promoção dos parques infantis no interior paulista, atuando também como referência na definição das diretrizes administrativas e pedagógicas para essas instituições.

Considerações Finais

A pesquisa evidencia que, entre 1939 e 1967, o DEF-SP atuou como o principal agente na expansão e regulamentação dos parques infantis no interior paulista. Por meio de um conjunto abrangente de ações (incluindo excursões, capacitações profissionais, regimentos institucionais, orientações educacionais detalhadas, relatórios periódicos, inspeções e suporte técnico), o departamento implementou um sofisticado sistema de supervisão e normalização que visava garantir a padronização das práticas administrativas e pedagógicas nos parques infantis.

A gestão de Maria Aparecida Junqueira Duarte no Serviço de Parques Infantis foi fundamental para essa expansão. Sua abordagem buscava contemplar municípios com diferentes capacidades financeiras, desenvolvendo projetos adaptáveis às realidades locais. Além disso, promoveu um suporte técnico e pedagógico contínuo, oferecendo orientação às prefeituras interessadas, desde o planejamento inicial até a operação plena dos estabelecimentos. Essa política foi reforçada pela criação de diretrizes claras para implementação e funcionamento dos parques, as quais permitiam tanto a padronização das práticas quanto sua adequação às especificidades de cada localidade.

Em conjunto, a análise das iniciativas do DEF-SP revela uma complexa articulação entre as esferas estadual e municipal no desenvolvimento dos parques infantis. Por um lado, o órgão estadual atuou como promotor, orientador e supervisor dessas instituições, estabelecendo diretrizes administrativas e pedagógicas, oferecendo suporte técnico e exercendo controle através de inspeções regulares. Por outro lado, a implementação efetiva dependia fundamentalmente do interesse e da capacidade das administrações municipais, responsáveis por disponibilizar recursos, terrenos e pessoal, além de conduzir sua gestão cotidiana.

A pesquisa evidencia, ainda, que os parques infantis do interior compuseram inicialmente um sistema mais amplo de educação ao ar livre, articulado com outras iniciativas do DEF-SP, como sua escola ao ar livre e colônias de férias. Essa abordagem refletia uma concepção abrangente de Educação Física, que não se restringia à ginástica, mas reunia atividades recreativas, esportivas, culturais e artísticas. A atuação do DEF-SP, nesse sentido, transcendia o campo estrito da Educação Física, abrangendo um modelo educativo amplo que regulamentava desde a infraestrutura até as práticas lúdicas e formativas dos parques infantis, integrando-os com outras instituições voltadas para a infância.

Os resultados da pesquisa ampliam as análises historiográficas sobre os parques infantis, evidenciando a participação de novos atores sociais e a articulação entre administrações estadual e municipais na criação e gestão dessas instituições no interior paulista. O período analisado correspondeu a uma fase de significativa expansão e consolidação, em que os parques infantis foram implantados em diferentes municípios e contribuíram para a formulação de referências pedagógicas voltadas à educação infantil. Nesse processo, a presença do DEF-SP foi determinante, de modo que o estudo dessas instituições no interior do estado não pode ser dissociado de sua atuação como órgão promotor, orientador e supervisor.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

BASSETTO, Luciana. *Política e organização da pré-escola na Secretaria Municipal de Educação de Campinas entre 1969 a 1988*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CONCEIÇÃO, Aline de Novaes. *Educação integral para crianças: parques infantis do município de Marília/SP (1937-1978)*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2022.

COSTA, Tamara Feranda Lopes Silva Barbosa. *Políticas públicas para educação infantil no município de Piracicaba/SP (1998-2006)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, 2010.

CUNHA, Humberto Pereira da. *De Escola de Saúde e Parque Infantil: Santos (1931-1952)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, São Paulo, 2018.

CUNHA, Luciana Bicalho da. *A educação física desportiva generalizada no Brasil: princípios e sistematizações de um método de ensino em circulação (1952-1980)*. 2017. 262 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

DALBEN, André. *Educação do corpo e vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930-1945)*. 2009. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

DALBEN, André. Escola de Aplicação ao Ar Livre de São Paulo. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 35, e219650, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698219650>. Acesso em: 06 maio 2025.

DALBEN, André; SOARES, Carmen Lúcia. Brincadeiras ao sol: A Colônia Marítima Infantil Álvaro Guião (Santos, 1939-1942). *Humanidades & Inovação*, v. 8, p. 94-110, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7031>. Acesso em: 06 maio 2025.

DALBEN, André; SOARES, Carmen Lúcia. Uma educação pela natureza: vida ao ar livre e métodos terapêuticos nas colônias de férias infantis do Estado de São Paulo (1940).

Pró-Posições, v. 22, p. 167-182, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072011000100013>. Acesso em: 06 maio 2025.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Todavia, 2022.

DUARTE, Paulo. *Memórias: miséria universal, miséria nacional e minha própria miséria* (v. 7). São Paulo: Hucitec, 1978.

DUARTE, Paulo. *Memórias: selva oscura* (v. 3). São Paulo: Hucitec, 1976.

FERNANDES, Fabiana Silva; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Análise de periódicos na história da educação: princípios e procedimentos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 146, p. 562-585, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000200013>. Acesso em: 06 maio 2025.

FERREIRA, Anna Angélica Ramos. *Um breve histórico das escolas municipais de educação infantil e dos centros municipais de educação infantil do município de Campinas (1940-1990)*. 1996. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

FERREIRA, Débora Menengotti. *Os parques infantis de Ribeirão Preto: um estudo sobre a implantação*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo Ribeirão Preto, 2016.

FONSECA, Sérgio César da; FERREIRA, Débora Menengotti; PRANDI, Maria Beatriz Ribeiro. O Departamento de Educação Física de São Paulo e a interiorização dos Parques Infantis: o caso de Ribeirão Preto. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 2, p. 237-261, set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18223/hiscult.v4i2.1637>. Acesso em: 06 maio 2025.

FRANCO, Sebastião Pimentel. *Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na primeira república*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GUIMARÃES, E. *Um breve histórico sobre a educação infantil na cidade de Americana*. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Parque Infantil: a singularidade e seus componentes. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 35, n. 77, p. 223-244, set.-out. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.68371>. Acesso em: 06 maio 2025.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés; RAMOS, Maria Martha Silvestre. Políticas e organização do parque infantil no município de Campinas, São Paulo, décadas de 1940-1950. In: 24ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 24., 2001, Caxambu. *Anais [...]* Caxambu: ANPED, 2001. Disponível em: <https://24reuniao.anped.org.br/T0711731363413.doc>. Acesso em: 06 maio 2025.

KUHLMANN JÚNIOR; Moysés; FERNANDES, Fabiana Silva. Educação, cultura e infância no Parque Infantil paulistano (1947-1957). *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 693-716, set./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.043.DS03>. Acesso em: 06 maio 2025.

LAUREANO, Renata Esmi. *Educar assistir e recrear: as práticas educativas no Parque Infantil Professor Carlos Zink e o projeto de educação da infância campineira*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

LEME, Fernanda de Lucca. *Memórias de um Parque Infantil em Campinas: vestígios do pensamento de Mário de Andrade*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 2008.

LOURDES, Luiz Fernando Costa de. *Antonio Boaventura da Silva: o professor e suas concepções sobre a educação física nas décadas de 1940-1970*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.

MENDES, Fernanda Teixeira. *O cinema científico de B. J. Duarte e suas singularidades: do roteiro de vida ao filme Transplante cardíaco humano, 1968*. 2020. Dissertação (Mestrado em Artes, Cultura e Linguagens) – Universidade Federal de Juíz de Fora, Juíz de Fora, 2020.

MICARONI, Silvana. *Educação física nos parques infantis de Itatiba: 1935-1957*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2007.

NICOLETE, Jamilly Nicácio; ALMEIDA, Jane Soares de. Professoras e rainhas do lar: o protagonismo feminino na imprensa periódica (1902-1940). *Educar em Revista*, n. 2, p. 203-220, set. 2017.

OLIVEIRA, Suad Aparecida Ribeiro de. *O primeiro parque infantil de Sorocaba: contexto histórico e circunstâncias específicas de sua criação e instalação*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2010.

ONUKI, Sônia Maria da Silva. *O Parque Infantil do Jardim Casqueiro e Vila Bandeirantes (1956-1966)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, São Paulo, 2019.

PAULA, Cristina. *Os pequeninhos do parque: a linguagem corporal das crianças pequenas de um parque infantil de Campinas (1942-1952)*. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Campinas, 2003.

PEREIRA, Mônica. *O Parque Infantil “Leonor Mendes de Barros” da cidade de Araraquara (1941-1971)*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de São Carlos, 2008.

PIZANI, Rafael Stein. *Recreação, lazer e educação física na cidade de Campinas: um olhar acerca dos parques e recantos infantis (1940-1960)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, 2012.

PRANDI, Maria Beatriz Ribeiro. *A construção da imagem dos parques infantis de Ribeirão Preto das décadas de 1950 e 1960*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

RAMOS, Maria Martha S. *História da Educação Infantil Pública Municipal Campinas (1940-1990)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco de Assis, Bragança Paulista, 2001.

SANTOS, Gillyane Dantas dos. *A secular feminização do magistério e a profissionalização certificada da mulher potiguar nos Cursos Normais Regionais (1946-1971)*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SILVA, Carolina da Costa e. *O álbum “Parques Infantis” como objeto cultural (São Paulo, 1937)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TONOLLI, Maria Fernanda Simões. *As origens da educação pré-escolar pública municipal de Campinas: o parque infantil da Vila Industrial*. 1996. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

VINAGRE, Elizabeth da Silva Galastri. *Instruções para a educação da infância em Jundiá (1880-1984)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco de Assis, Itatiba, 2009.

Fontes

1ª CONCENTRAÇÃO dos Parques Infantis do Interior. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, p. 71, mar. 1950. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=115>. Acesso em: 06 maio 2025.

BOLETIM Mensal de Cultura. São Paulo, n. 3, p. 1, fev. 1947. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=78>. Acesso em: 06 maio 2025.

COLAM grau hoje os novos médicos pela Faculdade de Medicina. *Correio Paulistano*, São Paulo, 9 dez. 1941, p. 7.

COLONIA Marítima Infantil “Álvaro Guião”: visita de crianças do parque infantil de Campinas. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 7, 06 abr. 1940.

CULTO à memória de Tiradentes: as cerimônias realizadas na Colônia Marítima Infantil “Álvaro Guião”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 12, 23 abr. 1940.

CURSO Técnico e Pedagógico de Educação Física. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, p. 156, jun. 1951. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=130>. Acesso em: 06 maio 2025.

DEPARTAMENTO de Educação Física. *Relatório de 1942*, São Paulo, 1942.

DEPARTAMENTO de Educação Physica: seu primeiro aniversário. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 5, 29 jan. 1932.

DUARTE, Maria Aparecida Junqueira. Instruções para observância do horário de funcionamento do Parque Infantil. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. p. 1-4, s/d. (Acervo CEI Celisa Cardoso do Amaral)

DUARTE, Maria Aparecida Junqueira. Parques Infantis no Estado de S. Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 77, p. 301-308, 1941. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/cultura/w/arquivo_historico/publicacoes/8312. Acesso em: 06 maio 2025.

DUARTE, Maria Aparecida Junqueira; CARVALHO, Edmundo de. Organização de um Parque Infantil. Secretaria da Educação e Saúde Pública. Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. p. 1-9, s/d a. (Acervo CEI Celisa Cardoso do Amaral)

DUARTE, Maria Aparecida Junqueira; CARVALHO, Edmundo de. Regimento Interno dos Parques Infantis. Secretaria da Educação e Saúde Pública. Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. p. 1-5, s/d b. (Acervo CEI Celisa Cardoso do Amaral)

EDUCAÇÃO. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, p. 71, mar. 1953. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=151>. Acesso em: 06 maio 2025.

EXCURSÃO de crianças campineiras. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 11, 12 abr. 1940.

FORMAÇÃO de orientadores de Parques Infantis. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 4, 22 maio 1947.

GUÉRIOS, Stella F. M. Aula ritmada de educação física infantil - Método Francês. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Departamento de Educação Física. Escola Superior de Educação Física. p. 1-12, jul. 1942. (Acervo CEI Celisa Cardoso do Amaral)

II CURSO de Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico de Educação Física. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, p. 218, ago. 1952. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=144>. Acesso em: 06 maio 2025.

III CURSO Intensivo de Recreação Infantil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 18, 27 set. 1953.

INSCRIÇÃO dos cursos de Professores, Normal, Técnica Desportiva e de Treinamento. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. Escola de Educação Física e Desporto do Estado de São Paulo. p. 1-2, s/d. (Acervo CEI Celisa Cardoso do Amaral)

INSTALAÇÃO de parques infantis em todas as cidades do interior. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 10, 29 set. 1951a.

INSTALAÇÃO obrigatória de parques e recantos infantis. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 31 ago. 1951b.

MIRANDA, Nicanor. Plano inicial da Secção de Parques Infantis. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 21, p. 95-98, 1936. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/cultura/w/arquivo_historico/publicacoes/8312. Acessado em 06 maio 2025.

MORAES, Maria de Lourdes. Educação Física nos Parques Infantis. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. p. 1-4, jan. 1947. (Acervo CEI Celisa Cardoso do Amaral)

MORAES, Maria de Lourdes. Jornal infantil. Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo: Divulgação do Serviço de Parques Infantis, p. 1-2, fev. 1949a. (Acervo CEI Celisa Cardoso do Amaral)

MORAES, Maria de Lourdes. Procedimentos indispensáveis às Sras. Professoras na condução dos jogos. Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo: Serviço de Parques Infantis, p. 1-2, abr. 1949b. (Acervo CEI Celisa Cardoso do Amaral)

O ELEMENTO feminino completa a beleza da praia de Paranapuan, em São Vicente. *A Tribuna*, Santos, p. 18, 20 nov. 1953.

PINHEIRO, E. C. Clube de Saúde e Educação Sanitária Escolar. Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. p. 1-10, c. 1946. (Acervo CEI Celisa Cardoso do Amaral)

PRIMEIRA concentração de parques infantis do interior do Estado. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 12, 12 fev. 1950.

RODRIGUES, A. Museu: seu valor educativo, no parque infantil, e instruções para sua organização. Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. Serviço de Parques Infantis, p. 1-2, ago. 1948. (Acervo CEI Celisa Cardoso do Amaral)

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 23.945, de 16 de dezembro de 1954. Aprova o Regulamento do Departamento de Educação Física e Esportes, 1954. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1954/decreto-23945-16.12.1954.html>. Acessado em 06 maio 2025.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 25.405, de 27 de janeiro de 1956. Aprova o Regulamento do Departamento de Educação Física e Esportes, 1956. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1956/decreto-25405-27.01.1956.html>. Acessado em 06 maio 2025.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 39.896, de 14 de março de 1962. Institui o Curso para a Formação de Educadores Recreacionistas no Departamento de Educação Física e Esportes da Secretaria do Governo, 1962. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1962/decreto-39896-14.03.1962.html>. Acessado em 06 maio 2025.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 4.855, de 27 de janeiro de 1931. Cria o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. São Paulo, 1931. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1931/decreto-4855-27.01.1931.html>. Acessado em 06 maio 2025.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 45.012, de 15 de julho de 1965. Aprova o Regulamento para o Departamento de Educação Física e Esportes (D.E.F.E.), 1965. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1965/decreto-45012-15.07.1965.html>. Acessado em 06 maio 2025.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 49.165, de 29 de dezembro de 1967. Dispõe sobre a reforma administrativa das atividades de promoção social, cultura, educação física, esportes e turismo e dá outras providências, 1967. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1967/decreto-49165-29.12.1967.html>. Acessado em 06 maio 2025.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 10.243, de 20 de maio de 1939. Dispõe sobre a educação física no Estado, 1939. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1939/decreto-10243-30.05.1939.html>. Acessado em 06 maio 2025.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 9.605, de 12 de outubro de 1938. Reorganiza o Departamento de Educação Física, 1938. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1938/decreto-9605-12.10.1938.html>. Acessado em 06 maio 2025.

SÃO PAULO (Estado). Departamento de Educação Física. Serviço de Parques Infantis. Regulamento. São Paulo, [1950?]. (Acervo CEI Celisa Cardoso do Amaral)

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 3.013, de 05 de julho de 1937. Aumenta o quadro de funcionários do Departamento de Educação Física, da Secretaria da Educação e Saúde Pública, 1937. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1937/lei-3013-05.07.1937.html>. Acessado em 06 maio 2025.

SÃO PAULO (Estado). Mensagem apresentada pelo Governador Adhemar de Barros à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 14 de março de 1948. São Paulo, 1948, p. 91.

SÃO PAULO (Estado). Projeto de lei 898, de 31 de agosto de 1951. Cria, no Departamento de Educação Física do Estado, o Serviço de Parques Infantis, e dá outras providências, 1951. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=991754>. Acessado em 06 maio 2025.

VALLS, A.A. Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio, São Paulo, p. 250, set. 1952. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=145>. Acesso em: 06 maio 2025.

Notas

- ¹ Em levantamento bibliográfico realizado, foi possível identificar investigações sobre parques infantis em: Americana (Guimarães, 1999), Araraquara: (Pereira, 2008); Campinas: (Ferreira, 1996; Tonolli, 1996; Kuhlmann Júnior, Ramos, 2001; Paula, 2003; Bassetto, 2006; Leme, 2008; Pizani, 2012; Laureano, 2017); Cubatão: (Onuki, 2019); Jundiaí: (Vinagre, 2009); Marília: (Conceição, 2022); Piracicaba: (Costa, 2010); Ribeirão Preto: (Prandi, 2015; Fonseca; Ferreira; Prandi, 2015; Ferreira, 2016); Santos: (Cunha, 2018); Sorocaba: (Oliveira, 2010).
- ² Formada pela Faculdade de Medicina de São Paulo em 1941 (Colam, 1941), atuou como professora na Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo e como funcionária do DEF-SP. Na documentação consultadas seu sobrenome aparece grafado ora como Moraes, ora como Morais.
- ³ A referência a “campos e jogos de recreios” possivelmente aludia ao *playground* então existente no Parque Dom Pedro II, espaço que posteriormente seria incorporado ao conjunto de estabelecimentos geridos pelo Departamento de Cultura do Município de São Paulo.
- ⁴ A respeito da trajetória profissional de Antônio Boaventura da Silva, conferir Lourdes (2007).

Financiamento

A pesquisa que resultou neste artigo contou em parte com apoio da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo 2024/03095-7) e em parte com apoio da bolsa de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo 305260/2024-3)

Contribuições dos autores

André Dalben: conceitualização, curadoria de dados, análise de dados, recebimento de financiamento, pesquisa, metodologia, administração do projeto, supervisão, validação de dados e experimentos, redação do manuscrito original e redação – revisão e edição.

Moysés Kuhlmann Júnior: conceitualização, curadoria de dados, análise de dados, pesquisa, metodologia, validação de dados e experimentos, redação – revisão e edição.

Rafael Stein Pizani: conceitualização, curadoria de dados, análise de dados, pesquisa, metodologia, validação de dados e experimentos, redação – revisão e edição.

Edivaldo Góis Júnior: conceitualização, análise de dados, recebimento de financiamento, metodologia, validação de dados e experimentos, redação – revisão e edição.

Declaração de disponibilidade de dados

Os conjuntos de dados relacionados a este artigo estarão disponíveis mediante solicitação ao autor.

Editoras-chefe: Ana Carolina de Carvalho Viotti
Karina Anhezini de Araujo

Editor Associado: Virgínia Camilotti

Submissão: 05/05/2025

Aceite: 02/09/2025